

## **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO**

### **REQUERIMENTO Nº ..., DE .... 2008 (Do Sr. Ricardo Tripoli)**

Solicita esclarecimentos ao Ministério do Meio Ambiente sobre as razões da não inclusão de determinadas espécies na Lista Oficial das Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção.

Senhor Presidente:

Requeiro V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Sr. Ministro de Estado de Meio Ambiente o seguinte pedido de informações:

a) É notório que houve desentendimento deste assunto entre o Ministério do Meio Ambiente, que relacionou somente 472 espécies na Lista Oficial das Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção, e a Fundação Biodiversitas, que elaborou estudo apontando um total de 1.495 espécies vegetais nessa situação. Quais foram as razões para a não inclusão das demais espécies na citada Lista Oficial?

## **JUSTIFICAÇÃO**

A atualização da Lista Oficial das Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas em Extinção foi divulgada em 21 de setembro de 2008 pelo Ministério do Meio Ambiente. Segundo o documento, o número oficial de espécies teria passado para 472 espécies, mais do que quadruplicando em um período de apenas 16 anos o total anterior de 108 espécies, de 1992. Essa nova relação se baseou em trabalho elaborado pela Fundação Biodiversitas, sob encomenda do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

No entanto, a “BBC News” publicou nesta última segunda-feira (13/10), matéria que sinaliza que os governos não conseguirão cumprir a meta de reduzir a perda de espécies animais e vegetais até 2010 fixada pela Convenção da Diversidade Biológica (CDB). Essa informação remete às circunstâncias em que foi divulgada, pelo governo federal, sua Lista Oficial das Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas em Extinção. Reportagens publicadas em 20 de setembro mostraram que houve desentendimento sobre esse assunto entre o MMA, que oficializou 472 espécies como ameaçadas de extinção, e os pesquisadores da Fundação Biodiversitas que elaboraram o estudo para o governo, apontando 1.495 espécies nessa situação.

Os governos não conseguirão cumprir a meta de redução de perdas definitivas de espécies estabelecida em abril de 2002, em Haia, na Holanda, segundo declaração à “BBC News” do secretário-executivo da CDB, Ahmed Djoghlaf, que teria sido endossada por outros nove representantes de instituições de pesquisa, ONGs e órgãos multilaterais. Na avaliação do secretário-executivo da CDB, essa meta só seria cumprida por meio de ações de urgência dos governos, o que “segundo todos os indicadores, seria pouco viável”.

Como consta no artigo “As espécies ameaçadas e as notícias que não se cruzam”, publicado nesta última terça-feira (14/10) pelo “Observatório da Imprensa”, “há motivos de sobra para apurar se o MMA teve ou não razão em sua decisão. Até o presente momento, o site da fundação mineira não apresenta nenhuma outra manifestação sobre sua discordância com o MMA.” Na medida em que o motivo alegado pelo Sr. Ministro para a imprensa não é de ordem científica, concordarmos plenamente com a conclusão desse artigo e, por essa razão, encaminhamos o presente Requerimento para que seja o Legislativo devidamente esclarecido sobre a decisão tomada pelo Ministério do Meio Ambiente em relação ao um tema que envolve consequências irreversíveis para os recursos genéticos do patrimônio natural brasileiro.

Sala das Sessões, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008.

Deputado **Ricardo Tripoli**  
PSDB-SP